



Conselho aprova troca pelo BRT; governo prevê edital em junho

Os municípios que compõem o Vale do Rio Cuiabá aprovaram a substituição do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo Ônibus de Trânsito Rápido (BRT). A decisão foi tomada em reunião do Conselho Deliberativo Metropolitano (Codem). Com esse aval, a previsão do governo é lançar o edital de licitação para implantação do BRT entre Cuiabá e Várzea Grande já no mês de junho. A opção pelo BRT foi aprovada com 13 votos favoráveis e apenas quatro contrários. Entre os favoráveis está o prefeito de Várzea Grande, Kalil Baracat (MDB), que ressaltou a necessidade de uma solução urgente para o problema de mobilidade urbana

PÁG. 5

Família de Isabele culpa Bolsonaro

A família da adolescente Isabele Guimarães Ramos, 14 anos, estuda ingressar com uma ação de indenização ao governo federal por estimular o armamento de menores de idade, por meio de um decreto do presidente Jair Bolsonaro. A garota foi morta em julho de 2020

PÁG. 6

Dispensa de licença ambiental passa na Câmara e vai ao Senado

A Câmara dos Deputados concluiu a votação do projeto de lei do licenciamento ambiental. O texto proposto pelo deputado federal Neri Geller (PP-MT) elimina a necessidade de licença ambiental em obras de saneamento básico, de manutenção em estradas e portos, distribuição de energia elétrica com baixa tensão e que sejam consideradas de porte insignificante. O texto também dispensa o licenciamento ambiental em atividades agropecuárias se a propriedade estiver regular no Cadastro Ambiental Rural (CAR)

PÁG. 3

Gaeco mira fraudes no transporte

O Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT) deflagrou a terceira fase da 'Operação Rota Final'. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão contra o deputado estadual Dilmar Dal Bosco (DEM), o ex-deputado estadual Pedro Satélite (PSD) e o empresário Éder Pinheiro. Eles são investigados pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e fraude na licitação do transporte coletivo intermunicipal no estado

PÁG. 4

MT recebe primeira antena 5G do Brasil

Depois do conceito de casas e carros inteligentes, é o momento do agro. A interconectividade nos campos iniciou uma nova era para a agricultura brasileira, a começar por Mato Grosso. O estado foi escolhido para receber um projeto piloto de duas empresas de telecomunicação para utilização da tecnologia 5G em equipamentos rurais na fazenda modelo do Instituto Mato-grossense de Algodão (IMA), em Rondonópolis

PÁG. 7



Divulgação/BahiaGás

Beco do Candeeiro é revitalizado



Luiz Alves

O prefeito Emanuel Pinheiro (DEM) entregou a Rua 27 de Dezembro, conhecida como Beco do Candeeiro, totalmente restaurada. A obra, no valor de R\$ 247 mil, faz parte das entregas em comemoração ao aniversário de 302 anos da capital. A pavimentação da rua foi refeita utilizando os mesmos paralelepípedos de outrora. A calçada rebaixada, as fachadas das casas restauradas com cores originais e os candeeiros antigos foram relocalados com iluminação moderna

PÁG. 6

Frota de veículos a gás aumenta em quase 250%

Com os preços da gasolina e do etanol em alta, os motoristas de aplicativo optaram pela conversão dos veículos para abastecer com Gás Natural Veicular (GNV). Como resultado, a frota de veículos com kit gás que atua nos aplicativos de transporte cresceu quase 250% entre março e abril deste ano. E a tendência é aumentar ainda mais. Com isso os postos de combustíveis têm iniciado adaptações para venda

PÁG. 8

'FLEXIBILIZAÇÃO'

Texto do deputado Neri Geller (PP-MT) dispensa licença ambiental em várias atividades, da pecuária às obras de infraestrutura

Câmara aprova fim do licenciamento



Da redação

O texto-base do projeto de lei do licenciamento ambiental foi aprovado na Câmara Federal na madrugada de quinta-feira (13). A proposta do deputado federal Neri Geller (PP-MT) define novas regras para autorização de obras e empreendimentos, alterando prazos, exigências e outros pontos para concessão da licença ambiental. Os destaques ao projeto foram analisados no decorrer do dia.

Autor do texto, Geller explicou que o PL eliminará a licença ambiental em obras que sejam consideradas de porte insignificante pela autoridade licenciadora ou

que não estejam listadas entre aquelas para as quais será exigido licenciamento. Essa medida é uma das principais apostas do governo para destravar obras de grande porte em Mato Grosso, como rodovias federais e ferrovias.

“A ausência de uma lei geral contribui para uma grande insegurança jurídica advinda com a proliferação, nos três âmbitos da Federação, de um número absurdo de normativas, muitas vezes, contraditórias entre si”, defendeu Geller.

Não precisarão de licença ambiental as obras de saneamento básico, de manutenção em estradas e portos, de distribuição de energia elétrica com baixa tensão, obras que sejam consideradas de porte insignificante pela autoridade licenciadora ou que não estejam listadas entre aquelas para as quais será exigido licenciamento.

O texto aprovado cria ainda a licença única, com o objetivo de simplificar o procedimento,

e permite a junção de licenças prévias com a de instalação, por exemplo. Obras de duplicação de rodovias ou pavimentação de estradas de terra já existentes, mesmo em faixas de domínio, podem ser feitas por meio de uma Licença por Adesão e Compromisso (LAC).

“O estado que tiver legislação mais rígida não vai mudá-la. É uma questão de bom senso. O projeto dá segurança jurídica para evitar questionamentos pela falta de uma norma geral”, disse Geller.

O texto também dispensa o licenciamento ambiental em atividades agropecuárias se a propriedade estiver regular no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Devido a essa mudança, o projeto chegou a ser chamado de “licença para grileiros”.

Devido ao teor da matéria, a votação foi cercada de polêmica. A líder do Psol, deputada Talíria Petrone (Psol-RJ), afirmou que a proposta vai piorar ainda mais a imagem do Brasil

em termos ambientais. Ela disse que o partido poderá ir à Justiça contra o texto, que foi aprovado por 322 votos.

Já o coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, Rodrigo Agostinho (PSB-SP), afirmou que o texto apresenta uma série de inconsistências. “Nós não podemos, em um Brasil megadiverso como o nosso, transformar a lei de licenciamento em uma lei da não licença”.

O deputado General Peternelli (PSL-SP), acompanhou Geller e disse que a ideia é fomentar o crescimento econômico no país e dar continuidade a inúmeras obras paradas por falta de licença. Para o deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP), o texto vai trazer progresso.

“Difícil é empreender no Brasil porque simplesmente não se sabe o que deve ser feito. Uma hora o empreendedor responde a uma prefeitura, a um estado ou à União, mas agora nós vamos consolidar essas regras”, argumentou.



Autor do texto, Neri Geller afirma que a dispensa de licença ambiental irá destravar obras estruturantes em MT, como as BRs 174 e 158

R\$ 300 MILHÕES

Mauro lança construção de 4 hospitais regionais

Gabriel Soares

O governador Mauro Mendes (DEM) confirmou na sexta-feira (14) a construção de mais dois hospitais regionais, em Alta Floresta e no Araguaia. Elas se somam às duas unidades anunciadas na quinta (13), em Tangará da Serra e Juína, totalizando um investimento de R\$ 300 milhões para construção de quatro hospitais regionais.

Os recursos para as obras fazem parte do programa Mais MT e já estão garantidos dentro de um programa para descentralizar o atendimento de saúde, hoje concentrado na capital e em poucas cidades polo. Cada um dos novos hospitais regionais custará cerca de R\$ 75 milhões, que já estão na conta do Estado.

“Estamos corrigindo um equívoco de muitos anos, pois a população

de toda a região precisava se deslocar mais de mil quilômetros para ter um atendimento em saúde. Era uma desumanidade e que estamos consertando para atender a média e alta complexidade dos moradores de Juína e das cidades do entorno”, destacou Mauro Mendes, ao anunciar a unidade de Juína.

Os projetos fazem das unidades fazer parte de um padrão elabo-

rado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES), que prevê unidades com 141 leitos de enfermagem e 40 UTIs, entre adultas, pediátricas, neonatal e unidade semi-intensiva neonatal, para atendimento na média e alta complexidade.

O projeto padrão ainda prevê a construção de 10 consultórios médicos, 2 consultórios para atendimento a gestantes, 6 salas de centro cirúrgico, além de espaços

para banco de sangue, banco de leite materno e realização de exames, como tomografia e colonoscopia. A previsão é que após a licitação e a definição da empresa que irá tocar as obras, os hospitais sejam entregues em até 24 meses.

NA CAPITAL - Ao anunciar os investimentos no interior, o governador lembrou que também está investindo R\$ 300 milhões na construção de

dois grandes hospitais na capital. Trata-se do Hospital Central, cujas obras ficaram abandonadas por mais de 30 anos, e do Hospital Universitário Júlio Muller, cuja obra está paralisada desde setembro de 2014.

“Com R\$ 300 milhões na capital e mais R\$ 300 milhões no interior, só na Saúde Pública, nesses seis hospitais, são R\$ 600 milhões de investimentos. E o dinheiro está na caixa”, concluiu.

INDECISÃO CONTINUA

Estado ainda acredita que conseguirá vacina russa

Da redação

O procurador-Geral do Estado, Francisco de Assis da Silva Lopes, ainda acredita na compra da vacina Sputnik V, de origem russa. A compra, cujo interesse foi demonstrado por vários Estados, entre eles o Mato Grosso, está travada devido ao posicionamento da Agência Nacional de Vigilância

Sanitária (Anvisa), que pontuou ainda faltar informações para autorizar a utilização do imunizante no país.

De acordo com Francisco, os procuradores-gerais que compõem os consórcios interessados na compra têm se reunido e conversado sobre o assunto. Eles buscam um meio de reverter a decisão da Anvisa no âmbito administrativo.

“Estamos aguardando o prazo para que a própria Anvisa se manifeste e que sejam juntados novos documentos técnicos atestando a viabilidade da vacina. Nós acreditamos que vamos ter êxito e sucesso principalmente para a população mato-grossense que precisa tanto dessa imunização”, disse.

Na entrevista, o procurador-Geral repetiu

os argumentos do governador Mauro Mendes (DEM) de que a vacina está sendo utilizada em 60 países. Ele ainda pontuou que os procuradores querem saber a fundamentação para a Anvisa ter negado o uso do imunizante. Embora o PGE use deste argumento ainda hoje, vale lembrar que a audiência da Anvisa - na qual o imunizan-

te não foi autorizado - foi transmitida ao vivo, com todas as fundamentações pontuadas e explicadas pelos técnicos da agência.

O procurador também falou que o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na última segunda-feira (10) que a Anvisa informe, em 48 horas, e de maneira detalhada,

quais os documentos faltantes para uma análise definitiva do pedido de autorização excepcional e temporária de importação e distribuição da vacina russa.

A decisão de Lewandowski atende ao pedido do Estado do Maranhão, que alegou o descumprimento da União, do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a covid-19.

LIBERA GERAL

O juiz Mirko acaba com toque de recolher em Sinop

Gabriel Soares

O juiz Mirko Vincenzo Giannotte, da 6ª Vara Cível de Sinop, suspendeu os efeitos de decretos que estabeleciam restrições de horário para o funcionamento do comércio na tentativa de frear o avanço do novo coronavírus. A decisão foi proferida na noite de terça-feira (11), em ação movida pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Sinop.

Entre as medidas que foram revogadas pelo

magistrado está o toque de recolher a partir das 23 horas. A decisão beneficia principalmente bares e restaurantes, que poderão funcionar durante a madrugada.

Apesar de permitir o funcionamento do comércio sem restrição de horário, a decisão não exclui o dever de observar todas as recomendações do Ministério da Saúde. Entre elas, o distanciamento mínimo de 1,5 metro, higienização, circulação de ar, uso de má-

caras, entre outras medidas de prevenção.

“Entendo que essas medidas deverão ser revistas, eis que privam as pessoas físicas e jurídicas de exercerem livremente suas atividades comerciais e afetam diretamente a economia do país, acarretando prejuízo, principalmente ao erário, em decorrência da inadiquência em cascata, diminuindo a arrecadação de tributos”, disse o magistrado.

O magistrado ainda criticou a eficácia do

toque de recolher, ressaltando que o vírus não circula apenas na madrugada.

“Por oportuno, entendo que não adianta fechar o comércio em determinada hora, porque o ciclo do vírus é de 14 (quatorze) dias, desse modo o vírus estará sempre em circulação. A impressão é que o vírus somente circula após o toque de recolher”, acrescentou.

O presidente da CDL de Sinop, Marcos Antônio Alves, comemorou

a decisão de Gianotte e aproveitou para fazer críticas à atuação dos políticos, pelo demora na vacinação. Também apontou que houve demora para equipar a rede de saúde e que, por isso, o empresariado tem sido prejudicado.

“Sempre defendi a abertura do comércio, levando em conta as medidas de biossegurança. Queremos que os governantes agilizem as vacinas, fiscalizem os excessos e os infratores sejam punidos.

Nossa cobrança é que o setor de saúde se mantenha equipado, pois os empresários pagam os impostos e não podem ser penalizados com o fechamento de suas atividades. A economia e saúde precisam andar juntas, para sobrevivência”, disse.

Em Sorriso, o prefeito Ari Lafin (PSDB) já havia baixado um decreto revogando o toque de recolher, que estava em vigência há cerca de um mês

*Com assessoria

"SENTIMENTO UNÂNIME"

Deputado articula derrubada do veto à emenda que condiciona volta das aulas presenciais à vacinação de todos os trabalhadores da educação

AL quer vacina para professores

Gilberto Leite



Gabriel Soares

O deputado estadual Wilson Santos (PSDB) declarou que vai articular a derrubada do veto ao trecho do projeto de lei 21/2021 que condiciona o retorno das aulas na rede estadual à vacinação de todos os profissionais da educação. A lei foi publicada em edição extra do Diário Oficial do Estado que circulou na noite de segunda-feira (10) e permite o retorno das aulas tanto na rede pública quanto privada, ao incluir as atividades escolares no rol de serviços essenciais (leia na página ao lado).

Wilson revelou que já começou a conversar com outros parlamentares sobre o assunto e,

até agora, a opinião é unânime pela derrubada do veto, para garantir a vacinação de professores e técnicos educacionais da rede estadual. Ainda não há uma previsão de quando o veto entrará na pauta do Legislativo.

"Já fiz uma consulta a vários deputados. Há um sentimento unânime pela derrubada deste veto que é a autorização que a Assembleia Legislativa deu para vacinar por completo os profissionais da educação. Nós aprovamos a volta as aulas com a condicionante de imunização de todos os profissionais da educação. Nós vamos trabalhar para colocar em pauta", disse.

Ao vetar este trecho do projeto, o governador disse estar seguindo orientação da Procuradoria-Geral do Estado, que identificou inconstitucionalidade nesta emenda. Segundo a PGE, houve invasão de competência, já que o Legislativo impôs obrigação a um órgão que é responsabilidade do Poder Executivo. A justificativa do

veto também cita que as alterações não levam em consideração a situação da pandemia nas cidades.

O veto à vacinação e outras medidas de biossegurança foi recebido com críticas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública de Mato Grosso (Sintep-MT). Eles apontam que, ao permitir o retorno sem vacinação, o governo expõe a vida dos trabalhadores da educação e dos familiares dos estudantes ao risco de contágio.

"Mais uma vez, o governador Mauro Mendes é seletivo nas leis que tratam apenas do interesse do estado e não mede esforços para colocar em risco trabalhadores da Educação. É o mesmo governador que deu entrevista dizendo quem seria ele para vetar tal projeto", disse Valdeir Pereira, presidente do Sintep-MT.

Em outras ocasiões, o Sintep já havia manifestado que poderá deflagrar greve caso o governo convoque os professores



Wilson diz que já há consenso na Assembleia pela derrubada do veto à obrigatoriedade de vacinação dos professores

de volta às salas de aula antes da vacinação de todos os trabalhadores da educação. Há, inclusive, uma corrente no

sindicato que defende o retorno das aulas presenciais somente após a vacinação dos estudantes, algo que ainda está

longe de acontecer, pois não há previsão e nem autorização da Anvisa para vacinar menores de 18 anos.

ROTA FINAL

Gaeco mira fraudes no transporte

Gabriel Soares

O Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT) deflagrou na sexta-feira (14) a terceira fase da 'Operação Rota Final'. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão contra o deputado estadual Dilmar Dal Bosco (DEM), o ex-deputado estadual Pedro Satélite (PSD) e o empresário Éder Pinheiro. Eles são investigados pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e fraude na licitação do transporte coletivo intermunicipal em Mato Grosso.

Suspeito de liderar o esquema criminoso, Éder Pinheiro também foi alvo de um mandado de prisão preventiva, que não pôde ser cumprido até o fechamento desta edição, já que

o empresário estava em viagem. Sua defesa afirmou que ele pretendia se entregar à Polícia ainda na sexta.

O presidente do Sindicato dos Empresários do Setor de Transporte Intermunicipal de Passageiros (Setromat), Júlio César Sales de Lima, também é suspeito de envolvimento do esquema e foi obrigado a usar tornozeleira eletrônica. Ele está proibido de deixar Mato Grosso, frequentar órgãos públicos e se comunicar com os demais investigados.

A Justiça ainda determinou o sequestro judicial de R\$ 86 milhões em bens dos envolvidos. Isso inclui vários imóveis, duas aeronaves, vários veículos de luxo, bloqueio de contas bancárias e outros bens necessários ao ressarcimento

do prejuízo acarretado pela prática dos crimes.

A investigação foi iniciada pela Polícia Civil, mas precisou ser encaminhada ao Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) em meados de 2019, devido à presença de pessoas com foro privilegiado. O Núcleo de Ações de Competência Originária (Naco) também está acompanhando as investigações.

O inquérito policial possui 47 volumes, com mais de 20 pessoas investigadas no esquema. Entre elas, estão empresários e dois deputados estaduais.

OUTRO LADO – O deputado estadual Dilmar Dal'Bosco disse, por meio de nota, que é inocente e criticou a "exposição desnecessária" causada pela operação. Por meio

do seu advogado, André Albuquerque, o deputado disse desconhecer o motivo pelo qual foi alvo de busca e apreensão em sua casa, pois já teria prestado depoimento no processo perante o Gaeco/Naco anteriormente.

Ele ressaltou que não foi denunciado formalmente nem é réu em qualquer ação envolvido a Operação Rota Final. Por este motivo, disse, não há qualquer pedido de bloqueio de bens contra si.

"A busca e apreensão realizada na residência do parlamentar em Sinop visa encontrar documentos que poderiam ligar o Parlamentar a qualquer relação com os acusados. Porém, nada fora encontrado, que conclua tal ligação do Parlamentar aos envolvidos", diz trecho da nota.

ELEIÇÕES 2022

Jayme Campos cobra articulação de Fábio Garcia pelo DEM

Da redação

O senador Jayme Campos (DEM) cobrou uma movimentação partidária por conta dos correligionários e presidente Fábio Garcia, para que o partido se organize para a disputa das eleições do ano que vem.

Jayme disse que entende a insatisfação de alguns deputados estaduais, como Eduardo Botelho e Dilmar Dal'Bosco, que já criticaram Fábio publicamente pela demora em construir um grupo forte para a disputa eleitoral, tanto municipal, quanto federal.

"Na verdade, têm muitos companheiros fazendo esse pedido, no sentido de nós começarmos a movimentar a agremiação partidária, até porque você precisa ter um quadro para deputado federal, deputado estadual, para que fortaleça o grupo na medida que consiga eleger o maior número de parlamentares", disse Jayme na manhã dessa segunda-feira (10).

No entanto, o senador afirma compreender a demora, causada pela pandemia de covid-19, que impossibilita a realização de eventos com aglomeração. Campos ressaltou, porém, que é necessário criar mecanismos para fazer as articulações do pleito.

"Pelos projetos de lei que estão lá na comissão especial da Câmara [Federal], vai mudar a legislação. Para você ter noção, o prazo de filiação ia até março do ano que vem, para que você possa se candidatar, agora não, vem para o mês de outubro, então você tem

que fazer um trabalho de convencimento das pessoas para filiar não só elas, mas sobretudo, de 30% mulher, e aí que está o descontentamento, do Botelho e Dilmar", detalhou o senador.

Com cadeira garantida até 2027, quando encerra seu mandato como senador, o democrata pretende se dedicar a ajudar o partido a eleger o maior número de deputados estaduais e federais quanto possível.

"TRANQUILO" – Já o presidente do partido, Fábio Garcia, disse que a crítica faz parte de qualquer atividade que a pessoa exerça, mas detalhou que essa demora já era prevista, pois, foi uma decisão do próprio DEM que, enquanto a pandemia estivesse em alta, não teria reunião partidária.

"Esse foi o combinado e eu estou cumprindo o combinado, no momento que Mato Grosso começa a passar por esse momento mais difícil, não tem problema nenhum de nos reunirmos, conversamos e decidir a forma que o Democratas se preparará para as eleições de 2022", explicou.

Fábio acrescentou que ainda há muito tempo para as eleições e que na política é preciso deixar a mania de sair de uma eleição e já começar a pensar na próxima, buscando o poder e não o trabalho.

Ele se defende, afirmando que, apesar das críticas, contribuiu para o partido se tornar a maior sigla do estado, com mais prefeitos, governador e um senador.

CIDADE INDUSTRIAL

Eduardo Botelho anuncia pacote "milionário" para Várzea Grande

Da redação

O primeiro-secretário da Assembleia Legislativa (ALMT), Eduardo Botelho (DEM), anunciou na sexta-feira (14) um pacote de obras com aporte milionário para Várzea Grande. A informação foi revelada durante a inauguração da maternidade integrada ao programa Rede Cegonha, em Várzea Grande.

Segundo Botelho, o pacote de obras em Várzea Grande terá apoio financeiro da Assembleia. O anúncio deve ser feito nos próximos dias pelo governador Mauro Mendes (DEM).

"Hoje o Estado tem condições melhores para contribuir, e daqui uns

dias vamos anunciar, com o governador, obras importantes, tanto no setor rodoviário como no setor de abastecimento de água, iluminação pública e que serão lançadas em breve aqui em Várzea Grande. A Assembleia trabalhou muito para dar condições ao governo de fazer essas obras", disse.

Sobre a maternidade, Botelho lembrou que a ideia inicial era de ampliar a estrutura existente no Hospital Santa Helena, em Cuiabá. Só que, atendendo a um apelo do prefeito Kalil Baracat (MDB), ele intercedeu para que fosse feita uma nova estrutura em Várzea Grande, para garantir o registro das crianças no município.

A Assembleia aportou R\$ 2 milhões para que a Prefeitura de Várzea Grande pudesse pagar locação e reformas necessárias para abertura da unidade.

"Não iria nascer gente aqui. As crianças que iriam nascer teriam que ser registradas em Cuiabá, e não seria várzea-grandenses. Isso não pegou muito bem. Começamos a idealizar uma condição que ficasse aqui mesmo e [a maternidade] sair do Pronto-Socorro", lembrou.

A retirada da maternidade do Pronto-Socorro para um prédio separado busca garantir mais segurança às gestantes, já que o ambiente do pronto-atendimento é mais

NOVO MODAL

Com o aval do Conselho Deliberativo Metropolitano (Codem), governo pode lançar edital de licitação do novo modal já no mês de julho

Prefeitos aprovam troca pelo BRT

Tchélo Figueiredo/Secom-MT

**Gabriel Soares**

Os municípios que compõem o Vale do Rio Cuiabá aprovaram a substituição do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo Ônibus de Trânsito Rápido (BRT). A decisão foi tomada em reunião do Conselho Deliberativo Metropolitano (Codem), realizada nesta quarta-feira (12). Com esse aval, a previsão do governo é lançar o edital de licitação para implantação do BRT entre Cuiabá e Várzea Grande já no mês de junho.

A opção pelo BRT foi aprovada com 13 votos favoráveis e apenas quatro contrários, além de duas ausências. Antes da deliberação, os conselheiros receberam

e analisaram os estudos técnicos disponibilizados em consulta pública feita pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra). Eles também participaram da audiência pública que apresentou as questões técnicas e legais que levaram o governo a optar por trocar o modal para o BRT.

O governador Mauro Mendes (DEM) destacou que a votação desta quarta-feira (12) mostra que o governo está tomando uma decisão que atende os interesses das cidades que serão afetadas pela implantação do novo modal.

"A escolha pelo BRT foi antes de tudo técnica, embasada por estudos que apontaram diversas vantagens, como maior economia para sua implantação e viabilidade de projeto. Além disso, a mudança desse modal corrige um erro histórico, porque é do conhecimento de todos que o VLT foi escolhido em cima de corrupção. Acredito que o CODEM traz uma contribuição relevante no contexto



Troca do VLT pelo BRT foi aprovada com 13 votos favoráveis e apenas quatro contra

do aglomerado urbano da Baixada Cuiabana, e poderá nos auxiliar com diretrizes de políticas públicas que nós poderemos vir a implementar", disse.

Ao proferir seu voto, o prefeito de Várzea Grande, Kalil Baracat (MDB), destacou que já defendeu a continuidade das obras do VLT,

quando ainda não era prefeito municipal, mas percebeu a importância da mudança para os usuários do transporte coletivo, que necessitam de uma solução rápida para ter mais qualidade no transporte.

"Minha decisão foi baseada nos estudos técnicos, pareceres jurídicos. Inclusive, eu era

favorável ao VLT. Defendi isso na minha campanha. Depois de apresentações e estudos, até pelo relatório que apresentei, hoje aprovo o BRT e acho que será mais econômico, flexível e vai atender a região metropolitana", disse o prefeito.

O investimento necessário para implantação do BRT entre Cuiabá

e Várzea Grande é estimado em R\$ 460 milhões, já inclusos o valor das obras e da aquisição dos ônibus elétricos que serão utilizados no modal. O governo aponta que, além de representar economia para os cofres públicos, o BRT também resulta em uma tarifa menor para os usuários do sistema.

DINHEIRO NO BOLSO

Mauro confirma pagamento da RGA de 2018 em maio

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) confirmou na quarta-feira (12) o pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) de 2018 aos servidores estaduais (efetivos, aposentados e pensionistas) na folha salarial deste mês de maio.

O pagamento dos salários será liberado até o dia 28 de maio, última sexta-feira do mês, conforme calendário anunciado no início de 2021.

"Neste mês de maio será implantada essa diferença da RGA de 2018, que prometeram e não pagaram. Serão 2% a mais. Agradeço ao apoio

e o empenho de todos os servidores públicos", afirmou o governador.

O secretário de Fazenda, Rogério Gallo, informou que o pagamento da RGA implica num acréscimo de R\$ 249 milhões por ano à folha salarial do Estado. Os valores necessários para o pagamento da RGA de 2018 já foram incluídos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021.

Segundo o governo, o pagamento está sendo feito agora porque o Estado finalmente conseguiu se enquadrar no limite de gastos com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que

determina o gasto máximo de 49% da Receita Corrente Líquida (RCL) com a folha salarial.

Os dados do governo apontam que, em 2020, foram gastos R\$ 9 bilhões com pessoal no Poder Executivo. Esse valor representa 44,24% da despesa corrente do Estado, ficando abaixo do limite estabelecido na LRF estadual e na Lei Complementar 614/2019.

Segundo a Sefaz, o pagamento da RGA implica num acréscimo de R\$ 18,5 milhões na folha deste mês. Desse total, R\$ 11,7 milhões serão para os servidores ativos e R\$ 7,1 milhões para inativos e aposentados.

INDECISOS

PP dividido entre apoiar Mauro ou Emanuel em 2022

Da redação

O Partido Progressista (PP) parece estar dividido entre a escolha para o governo no ano que vem. Enquanto a executiva municipal, comandada pelo secretário municipal da Empresa Cuiabana de Limpeza Urbana (Limpurb) Vanderlúcio Rodrigues, diz apoiar o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB), a executiva estadual, sob comando de Neri Geller, diz que apoia a reeleição de Mauro Mendes (DEM).

Vanderlúcio tem sido um dos braços diretos do prefeito Emanuel e declarou seu apoio ao gestor municipal, caso ele dispute mesmo o Governo do Estado. Apesar das diferenças no apoio,

Vanderlúcio nega que a legenda esteja dividida, já que ainda não foi realizada nenhuma conversa em relação às eleições do ano que vem.

"Todo apoio é decidido em convenção e falta saber quem é o candidato. Se o prefeito Emanuel Pinheiro for candidato, nós aqui do PP Cuiabá vamos apoiar ele, eu posso falar aqui porque sou o presidente municipal, mas a nível estadual ai quem fala é o nosso presidente Neri Geller", detalhou Vanderlúcio na noite da última segunda-feira (10).

Geller, por sua vez, afirma ter uma dívida com Mauro e diz já ter conversado com Emanuel sobre sua decisão de apoiar a reeleição do atu-

al governador, caso ele decida tentar um novo mandato. O deputado federal deve ser lançado ao Senado Federal nas eleições do ano que vem.

Na última quinta-feira (6), alguns membros do PP e do PSD se reuniram em um jantar com o governador Mauro Mendes para discutir possíveis alianças para o pleito eleitoral de 2022. Apesar dos inícios de conversas, oficialmente, nenhum dos dois políticos declarou ser candidatos publicamente, deixando a informação ainda de forma subentendida.

O maior passo foi dado por Emanuel na segunda-feira (10), quando afirmou a seus aliados que poderá concorrer se encontrar apoio.

EM BUSCA DE ALIADOS

Emanuel confirma intenção de disputar o governo

Gilberto Leite



Emanuel diz que pode sair candidato ao governo se tiver apoio de seus aliados

Da redação

Em meio a um discurso descontraído, o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) deu o tom que faltava para o ambiente político pegar fogo. Sem explicitar o cargo, ele confirmou a possibilidade de disputar as eleições do ano que vem. A mensagem é do tipo não-verbalizada, mas explícita para quem acompanha o preparo do terreno nos últimos meses. O anúncio de Emanuel é um recado claro à possibilidade de enfrentar nos debates e na urna seu principal inimigo, o governador Mauro Mendes (DEM). A confirmação foi feita nesta noite de segunda-feira, 10 de maio, durante inauguração do viaduto Murilo Domingos, situado na Avenida Beira Rio, na capital.

"Vamos trabalhar junto e misturados, independentes, não sei o futuro, a Deus pertence. Eu ouvi falar aqui em 1

ano e meio ou 4 anos, o mais certo é 4 anos, mas se vocês todos apoiarem, vira 1 ano e meio. Se vocês não apoiarem é 4 anos, mas, independente disso, nós temos muito que trabalhar pelas duas mais importantes cidades do nosso estado, a capital e a nossa querida cidade industrial", discursou ao seu correligionário, o prefeito de Várzea Grande, Kalil Baracat.

Caso se concretize a candidatura, as eleições do ano que vem devem ser - no mínimo - eletrizantes. Emanuel Pinheiro e Mauro Mendes não são apenas adversários políticos, são inimigos declarados, com constantes disputas de poder e troca de recados. Atualmente, os dois brigam por qual modal deverá ser implantado em Cuiabá e Várzea Grande, o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ou o Ônibus de Transporte Rápido (BRT). Eles também trocam

acusações sobre a gestão da pandemia de covid-19, sobre o poderio de quem pode abrir ou fechar o comércio.

Pouco a pouco, Emanuel tem o ambiente sobre se candidatar ao Palácio Paiaguás. Para isso, comenta vez ou outra o desejo de ser governador, mas não sem antes ressaltar que seu compromisso é com Cuiabá. A história recente exige o cuidado. Ele não pretende repetir o erro de Wilson Santos (PSDB), reeleito prefeito da capital em 2008 com a promessa de que concluiria seu segundo mandato, mas que acabou renunciando ao cargo para disputar o governo em 2010. Naquele ano, os cuiabanos se empenharam em derrotar Wilson Santos nas urnas, em meio a um tipo de lição.

Por isso todo o cuidado de Emanuel em se mostrar desejoso, mas sem comprometer sua aliança com os eleitores.

BECO DO CANDEEIRO

Revitalização do local anima comerciantes do Centro Histórico, que já vislumbram maior circulação de consumidores na região

Luz volta ao caminho das pedras



Da redação

O Beco do Candeeiro, no Centro Histórico de Cuiabá, foi entregue à população totalmente revitalizado na sexta-feira (14), pelo prefeito Emanuel Pinheiro (MDB). As obras de melhoria na Rua 27 de Dezembro custaram R\$ 247 mil e fazem parte do calendário de entregas em comemoração aos 302 anos da capital.

Comerciante e moradora do Centro Histórico, Vera Forte avalia que a revitalização irá trazer benefícios para quem tem comércio nos calçadões próximos ao Beco. A esperança é que o giro de clientes aumente.

"Nós aqui do calçadão, vemos essa revitalização com bons olhos, pois acreditamos que trará uma circulação maior de pessoas. Nós comerciantes aqui do calçadão Galdino Pimentel, que estamos mais próximos ao beco, estamos desfavorecidos, já que no final [do beco] não tem atrativo nenhum para chamar mais clientes. A revitalização poderá trazer mais pessoas mais aqui para baixo", disse.

Com o apoio do Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e das Secretarias de Ordem Pública e Assistência Social, o projeto foi pensando para fazer um resgate histórico da arquitetura do local. Foram realizadas obras de pavimentação das ruas, utilizando os mesmos paralelepípedos que eram instalados antigamente. A calçada do local também foi rebaixada.

A reforma também se estendeu à fachada dos casarões, restaurados



Obras contaram com apoio do Iphan para resgatar os aspectos históricos do Beco do Candeeiro

para as cores originais, e os candeeiros antigos foram recolocados, utilizando agora uma iluminação moderna.

BASE INTEGRADA - Durante a inauguração, o prefeito apresentou o

projeto para instalação de uma base integrada do Centro Histórico, que irá executar ações para garantir a proteção do patrimônio histórico na região e também oferecer serviços de saúde e

acolhimento à população em situação de rua que ali vive.

ATRASO - A previsão inicial da Prefeitura era entregar a obra no final de 2018, como parte do projeto de revitalizações

do Centro Histórico em comemoração aos 300 anos de Cuiabá. Na época, o anúncio foi feito durante a reinauguração do Museu da Imagem e do Som (MISC), no Centro Histórico.

EM TRAMITAÇÃO

Policiais podem ter que usar câmeras em uniformes

Da redação

Projeto de Lei apresentado pelo deputado estadual Doutor João (MDB) prevê a obrigatoriedade de policiais de Mato Grosso passarem a usar câmeras de monitoramento em uniformes e viaturas. A proposta é que os policiais iniciem a captura das imagens imediatamente após a saída do edifício administrativo em que estiver lotado ou localizada a viatura, podendo a câmera ser desativada somente quando retornar à unidade policial.

Uma justificativa deverá ser apresentada por escrito no caso de a câmera ser desligada

antes. As imagens capturadas deverão ser armazenadas por um período de cinco anos.

Para justificar o projeto, o deputado explica que o uso das câmeras em viaturas e uniformes policiais têm demonstrado resultados muito positivos em outros países, além da contribuição na solução de casos.

João cita estudo do departamento de polícia de Las Vegas que atesta que o número de reclamações e relatórios de uso de força diminuíram consideravelmente em comparação com oficiais que não utilizavam as câmeras.

"Importante, por fim, observar que a proposta envolve somente novas

viaturas e que a obrigatoriedade do uso em uniformes se inicia apenas após 2024, devendo, portanto, ser levada em consideração tão-somente no próximo ciclo orçamentário. Dessa forma, não há óbices relacionados ao aumento de gastos não planejados que possam ser apontados no presente caso, mas tão-somente determinação legal para ser seguida na elaboração das próximas legislações orçamentárias", diz parte da justificativa de João.

O projeto que tem parecer favorável da Comissão de Segurança Pública tem a primeira votação na sessão da última quarta-feira (12).

POLÍTICA ARMAMENTISTA

Família de Isabele estuda processar governo federal

Gabriel Soares

A família da adolescente Isabele Guimarães Ramos, 14 anos, estuda ingressar com uma ação de indenização ao governo federal por estimular o armamento de menores de idade. A garota foi morta em julho de 2020, com um tiro no rosto disparado por sua melhor amiga, de 15 anos, que era praticante de tiro esportivo.

A informação foi revelada pelo advogado da família, Hélio Nishiyama, em entrevista à repórter Sônia Bridi para o podcast "À Mão Armada", disponível no G1. Segundo o advogado, a morte de Isabele é consequência da política armamen-

tista do presidente Jair Bolsonaro.

"A República Federativa do Brasil se mostrou omissa na proteção juventude brasileira. O contexto, o plano de fundo jurídico da morte da Isabele foi a prática esportiva de disparo de arma de fogo, prática de tiro, por menores", disse o advogado.

Em maio de 2019, Bolsonaro editou um decreto que facilita o acesso de menores de idade a clubes de tiro. Antes do decreto, quem tinha menos de 18 anos precisava de autorização judicial para frequentar aulas de tiro.

"Então, quando se fala que não havia nada de errado com os hábitos daquela família, essa premissa ela adota como

referência legal um ato presidencial que permitiu que esses adolescentes tivessem prematuramente acesso a arma de fogo", completou.

O CASO - Isabele Guimarães Ramos foi assassinada no dia 12 de julho de 2020 no condomínio de luxo Alphaville 1, em Cuiabá. A autora do disparo também é adolescente e tinha a mesma idade de Isabele na época. Ela usou a arma do pai, um empresário de Cuiabá, para efetuar o disparo. A garota, como toda sua família, tem treinamento de tiro. Ela foi condenada a três anos de interdição compulsória por ato infracional análogo ao homicídio doloso, quando há intenção de matar.

SONHO ANTIGO

Com três novos cursos, Unemat ganha nova unidade em Cuiabá

Da redação

Cuiabá terá um novo polo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), com três novos cursos: um de engenharia de produção e dois de tecnólogo, nas áreas de inovação e gestão pública. O anúncio foi feito na manhã da última quarta-feira (12) e a previsão é que as aulas já tenham início em setembro deste ano.

"Nosso foco agora é realizar o processo seletivo ainda no mês de julho e agosto, para que as aulas possam iniciar em setembro. Essas primeiras turmas contemplam 50 alunos para a engenharia de produção e 100 para cada curso de tecnólogo. A Unemat está presente em Cuiabá com o curso de Teatro, com a Educação à Distância e com uma pós-graduação", disse Rodrigo Zanin, reitor da Unemat.

Os cursos serão ofertados na Escola Técnica Estadual (ETE) de Cuiabá, que está sendo finalizada no Bairro Planalto. "Vamos compartilhar esse espaço com a Unemat. Cuiabá vai ter cursos para ajudar na formação dos profissionais aqui da Baixada Cuiabana", detalhou o governador Mauro Mendes (DEM).

O deputado estadual Wilson Santos (PSDB), autor de uma emenda ao orçamento do Estado que garantiu R\$ 2 milhões para custear a abertura dos cursos em Cuiabá, destacou a data como um marco histórico para a capital.

"Conseguimos implantar os cursos no polo da Unemat na capital. Hoje é um dia histórico para a formação universitária", declarou.

QUASE NÃO SAI - Em janeiro deste ano, o governador chegou a vetar as emendas elaboradas pelo deputado Wilson Santos,

que destinava R\$ 2 milhões para implantação do polo, depois de apontar que o valor seria retirado de recursos da reserva de contingência. A manobra é impedida pela Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), aprovada pelos deputados em 2020.

Na época, Wilson disse que iria reverter a situação, garantindo que o recurso fosse destinado para implantação do polo.

"Eu vou continuar insistindo, vou procurar um outro caminho legal, porque é fundamental esse recurso para a implantação do polo em Cuiabá. [...] Eu tenho certeza que nós

teremos de encontrar uma solução, negociada com o Executivo, que garanta esses R\$ 2 milhões para o início da Unemat já no segundo semestre em Cuiabá. Não desisto! É um sonho e eu tenho certeza que nós vamos realizar esse sonho este ano", disse Wilson.

SOBRAS DA COPA

Prefeitura libera início das obras da Trincheira Jurumirim

Gabriel Soares

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), liberou o início das obras de reparos na trincheira Jurumirim a partir do dia 17 deste mês. O aval foi dado na segunda-feira (10), mesmo dia em que é inaugurado o viaduto Murilo Domingos, na Avenida Manoel José de Arruda (Av. Beira Rio).

Emanuel havia condicionado o início das obras na Trincheira Jurumirim à inauguração do viaduto, para não causar problemas no trânsito da capital devido ao fechamento de duas de suas principais vias de trânsito.

"Já tínhamos o novo viaduto provocando congestionamento no trânsito. A ideia é liberar essa obra após o Murilo Domingos ser entregue e assim está sendo feito. A partir do dia 10, já pode mexer com os trâmites, por exemplo, sinalizar as vias, dar publicidade nessas rotas. Tudo isso é para não pegar o

povo de surpresa", explicou o prefeito.

A Trincheira Jurumirim precisará ser interditada por até sete meses, para que seja corrigido um problema no sistema de drenagem de águas pluviais. Conforme projeto da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra), será preciso remover cerca de 1,5 metro de solo na parte inferior para substituí-lo por um substrato de melhor qualidade. Diante disso, a Prefeitura de Cuiabá tem cobrado que o governo adote um esquema de três turnos de trabalho na obra da trincheira, para diminuir o tempo que a via precisará ficar interditada.

Segundo a Sinfra, a troca do solo e reconstrução do asfalto são necessários para corrigir falhas no pavimento da trincheira, que está afundando em vários pontos. A obra irá abranger um total de 1,32 quilômetro da Avenida Miguel Sutil, perimetral de gran-

de circulação em Cuiabá, o que deve resultar em problemas no trânsito.

Com custo estimado de R\$ 50,5 milhões, a Trincheira Jurumirim faz parte do pacote de obras de mobilidade urbana que seriam entregues para a Copa do Mundo de 2014, mas só foi concluída em 2016 e, ainda assim, apresentou uma série de problemas de engenharia. O mais famoso deles é a saída próxima ao viaduto sobre a Avenida do CPA, onde o trânsito precisou ser restrito a uma faixa para evitar os constantes acidentes.

Todos os investimentos para os reparos na trincheira serão custeados, neste primeiro momento, pelo governo do Estado, com o objetivo de finalizar a obra rapidamente. Contudo, o governo anunciou que pretende buscar ressarcimento junto à construtora responsável, já que os reparos se tornaram necessários devido à má execução do projeto.

“INJEÇÃO” DE ÂNIMO

Os resultados expressivos nas vendas e a vacinação da população somam para uma recuperação lenta, mas consistente do comércio

Dia das mães levantou otimismo

Gilberto Leite

**Da redação**

Mesmo com medo de que novas medidas restritivas possam prejudicar os negócios, 58% dos comerciantes de Cuiabá acreditam que ainda é possível encerrar o 1º semestre de 2021 com resultados positivos. O Dia das Mães é apontado como um marco neste processo de recuperação. A expectativa dos comerciantes cuiabanos foi aferida em pesquisa feita pela Câmara dos Dirigentes Legistas de Cuiabá (CDL-Cuiabá).

A pesquisa buscou entender o impacto financeiro e a expectativa do comércio em relação aos próximos meses. Para os empresários do setor, a concretização desse cenário depende de que o Executivo Municipal mantenha o horário normal de atendimento para o comércio e não decrete quarentena obrigatória na cidade.

O levantamento contou com a participação de empresários de microempresas (ME) e microempreendedores individuais (MEIs) de pequeno, médio e grande portes.

“Dentre os fatores que devolvem a confiança por parte dos empre-

sários está a chegada, mesmo que lenta, da vacina; a possibilidade de manter as portas abertas para anteder seus clientes, já que no ano passado tivemos quarentena mais dura e que levou muitos a falência”, ressalta Fábio Granja, superintendente da CDL Cuiabá.

O marco deste ano foi marcado pelo Dia das Mães. Segundo a CDL-Cuiabá, a movimentação não só superou as vendas do ano passado, como também ficou acima de 2019, quando não havia pandemia.

“A data foi muito importante para o comércio. Só usando como termômetro de vendas número de crediários abertos, comparado com a data no ano passado, tivemos aumento de 41% e um aumento de 13% quando comparado com 2019. Mostra que a data foi muito importante no processo de recuperação”, comemorou Fábio.

Com a sinalização de melhoras, a partir da segunda quinzena de abril, a perspectiva dos empresários ficou mais otimista. “O mês de março e abril em si foram ruins, porque quando há medida restritiva há retração de consumo. Porém com a extensão do horário de funcionamento, com a chegada do dia das mães, gerou um novo momento. Este Dia das mães será um marco de um processo de retomada positivo, semelhante ao que aconteceu no ano passado na Semana Brasil, só que dessa vez veio mais cedo”, comparou.

Economia aposta em vacinação

Da redação

A vacinação tornou-se um termômetro para medir o futuro do comércio nos próximos meses. A aposta é que quanto mais cresce o número de pessoas imunizadas, menor o risco de uma nova onda de covid-19 e, conseqüentemente, endurecimento das medidas restritivas.

“Enquanto houver pandemia, sempre teremos um sinal amarelo de alerta, até porque as empresas não têm mais como ficar com as portas fechadas. Neste ano de 2021 tivemos restrições, mas não a quarentena obrigatória na maioria das atividades empresariais. Isso também faz com que o ânimo e a esperança fiquem maior do que o ano passado”, observa.

Apesar do ritmo lento da vacinação, um efeito causado pelo número insuficiente de doses enviadas pelo Ministério da Saúde, um pouco mais de 25% ou um quarto da população cuiabana estimada pelo IBGE (2020) já receberam doses da vacina. Segundo a última atualização do relatório enviado ao Ministério da Saúde, do dia 11 de maio, um total de 148.860 pessoas já receberam só a 1ª ou as duas em Cuiabá.

“Um dado importante é que 58% mantêm expectativa positiva de melhora nas vendas/

economia ainda no primeiro semestre, tendo a chegada gradativa da vacina como uma das principais causas e a melhor adaptação dos negócios frente às exigências do mercado”, alerta Fábio Granja.

Ainda tentando superar os prejuízos causados pela 1ª fase de fechamento das atividades, em abril de 2020, os comerciantes estão com mais medo neste ano. Conforme a pesquisa, o sentimento de medo referente aos impactos das medidas restritivas nos negócios o percentual cresceu: em um ano o índice saltou de 65% para 82,7%, no mês de abril.

“Esse medo tem sido gerado principalmente pela preocupação com fluxo de caixa (53,2%) seguido da retenção de colaboradores (23,9%) e dificuldade em adaptar produtos, reinventar formas de venda nesse novo mercado frente a pandemia (9,0%)”, destacou Fábio Granja.

Já em caso de endurecimento das medidas restritivas ainda neste semestre, os resultados podem ser fatais em algumas empresas. Dentre os empresários, 20,7% disseram que será impossível manter os negócios se houver restrição de horário de atendimento. O cenário piora em caso de quarentena obrigatória, atingindo os 36%.



O comércio cuiabano registrou um marco histórico em vendas para o Dia das Mães

‘MT TÁ ON’

Agro é a vanguarda tecnológica

Da redação

Depois do conceito de casas e carros inteligentes, é o momento do agro. A interconectividade nos campos iniciou uma nova era para a agricultura brasileira, a começar por Mato Grosso. O estado foi escolhido para receber um projeto piloto de duas empresas de telecomunicação. Juntas, as operadoras iniciaram testes para utilização da tecnologia 5G em equipamentos rurais na fazenda modelo do Instituto Mato-grossense de Algodão (IMA), em Rondonópolis (a 250km de Cuiabá).

“Se, na pandemia, o agro puxava a economia e foi o único que não só manteve os números, mas alavancou e segurou as pontas, imagina agora com a internet nos campos”, comemora a advogada Adryeli Costa, es-

pecialista em Direito do Agronegócio e sócia do escritório Costa Assessoria Jurídica.

O projeto de conectividade com tecnologia 5G, chamado 5GSA, foi apresentado pela TIM e pela Nokia. A antena, instalada pela fabricante Nokia, permite um sinal de internet em alta velocidade a partir de uma transmissão gerada pela própria estrutura. É a chamada 5G “pura” ou ‘standalone’, já que não depende de um sinal ‘de fora’.

“Trazer tecnologia para o campo é sinal de melhoria social, ambiental, econômica, na produtividade do agronegócio mato-grossense. O estado é referência mundial na agropecuária e, com este investimento, terá ainda mais destaque”, destacou César Miranda, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, durante o evento.

A chegada da tecnologia 5G no campo já era esperado há muito pelos produtores de Mato Grosso, estado que lidera a produção nacional devido à agricultura de precisão. Ferramentas usadas neste método tem se tornado cada vez mais conectadas, com o uso de sensores e drones para tarefas corriqueiras, desde a irrigação até a colheita.

“Tudo que você for pensar em agricultura de grande escala já oferece tecnologia, como os maquinários que monitoram e enviam dados para um computador. Sem internet, isso não é possível”, explica Adryeli Costa.

EFEITO DA DESCONEXÃO - A falta de internet nos campos impõe um atraso tecnológico a 95% das fazendas em Mato Grosso, segundo dados preliminares de pesquisa feita Instituto Mato-grossense de Economia

Agropecuária (Imea). Isso significa que apenas 5 em cada 100 fazendas têm acesso à internet 4G, que ainda é insuficiente para atender a demanda de equipamentos, máquinas e robôs que já estão disponíveis para o agricultor.

“Podemos ver toda a vantagem de produtividade de aplicação de novas tecnologia que o agro pode ter a partir da difusão de tecnologia 5G. Isso vai fazer com que a agricultura tenha uma precisão muito maior, os equipamentos tenham uma conectividade muito maior, tanto para a sua operação quanto para sua manutenção e, principalmente, proporcionar ao brasileiro as mesmas condições de competitividade que seus concorrentes internacionais”, ressaltou Gustavo de Oliveira, presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt).

BOX PARA BANHEIRO

Qualidade em Vidros!
Segurança, Durabilidade,
Beleza e Conforto.

CASA DOS VIDROS

☎ 65.3642-3344

FAÇA HOJE MESMO
O SEU ORÇAMENTO!

EM DOIS MESES

Procura frenética pelo GNV é liderada por motoristas de aplicativos, que fogem dos altos preços do etanol após sucessivos aumentos de preços

Frota a gás cresce quase 250%

Divulgação/Fiat Chrysler



Da redação

A alta nos preços dos combustíveis mais tradicionais, como a gasolina e o etanol, tem predominado desde o início de 2021. Os reajustes frequentes pesaram, principalmente, no bolso dos motoristas de aplicativo, iniciando assim uma corrida por uma nova fonte de energia, mais barata. E o escolhido foi o Gás Natural Veicular (GNV). Como resultado a frota de veículos com kit gás que atua nos aplicativos de transporte cresceu quase 250% entre março e abril deste ano. E a tendência é aumentar ainda mais.

No final de fevereiro de 2021, cerca de 8% dos trabalhadores haviam desistido da atividade em Mato Grosso, devido às constantes altas nos preços dos combustíveis. “Quando iniciamos a campanha [no fim de fevereiro], tínhamos em média 130 veículos convertidos para GNV. Como tivemos uma boa adesão ao combustível, hoje a frota de veículos

convertidos com o kit gás já passa de 450 veículos. É importante ressaltar que não é possível dar um número exato atualizado, pois todos os dias saem das convertedoras até cinco novos carros convertidos”, revela Cleber Cardoso, presidente Associação dos Motoristas de Aplicativo de Mato Grosso (AMA-MT).

A média de novos veículos convertidos diariamente é baseada no número de conversões feitas por uma das empresas especializadas em Cuiabá, localizada no bairro Poçoão.

Segundo dados do Departamento de Trânsito do Estado (Detran-MT), até o dia 1º deste mês, Mato Grosso tinha uma frota de 1.272 veículos rodando com GNV. Só que esses números ainda são menores do que a realidade. Os dados encontram-se defasados devido à burocracia, pandemia e também ao crescimento acelerado no ritmo de adesões.

“Os dados estão desatualizados, mas já conversando com a secretaria responsável pelo cadastro [Setas], para que possamos levar nossos veículos adaptados lá a partir de 2022. Isso porque estamos levando em consideração um ano de pandemia, a velocidade gigantesca de implantação, a isenção do IPVA e taxa municipal”, aponta Cleber.



Uso do gás natural veicular traz economia de até 60% na comparação com o etanol

NEGÓCIOS EM ALTA

Postos investem no mercado do gás veicular

Da redação

A demanda crescente de motoristas pelo Gás Natural Veicular (GNV) tem estimulado investimentos para adaptação de postos de combustíveis para venda do GNV. No último sábado (8), mais um estabelecimento passou a oferecer o produto em Cuiabá. Agora, a cidade conta com três postos de abastecimento com GNV.

O mercado de GNV em Mato Grosso tenta se preparar para a de-

manda já aquecida nas convertedoras de veículos. Francisco Jammal, diretor responsável pela GNC, distribuidora do gás para uso veicular e industrial, estima que o consumo deve passar de 140 mil m³ para 200 mil m³ até o final de junho.

Segundo o revendedor Nilson Teixeira, dono de um posto de combustível e também de uma convertidora em Cuiabá, as conversões alcançam 78 por mês e já existem filas de espera, principalmente

entre os motoristas de aplicativo.

“Acreditamos nessa retomada do mercado do gás. Estamos vendo uma perspectiva muito positiva, já que há garantia de que não vai faltar o combustível”, conta.

O mais antigo posto em operação na capital também tem feito reações em seu sistema. Antes, o estabelecimento contava com apenas um bico abastecedor. Agora são dois e já existe a previsão de

instalação de um terceiro equipamento. Com a demanda triplicada, o funcionamento do posto também passou a ser 24 horas.

“Com a disparada no preço dos combustíveis, motoristas de aplicativos e taxistas de Mato Grosso buscam implantar o kit gás para garantir maior rentabilidade”, avalia Nelson Soares, diretor-executivo do Sindipetróleo, que representa os postos de combustíveis de Mato Grosso.

“NOVO NORMAL”

Evento debate retomada do setor turístico em MT

Da redação

Agentes de turismo e empresários do setor em Mato Grosso poderão participar, na quarta-feira (19) e quinta-feira (20), de uma rodada de negócios online que visa amparar, estimular e estruturar os destinos para uma retomada forte no Estado.

Para o secretário-adjunto de Turismo, Jefferson Moreno, além de auxiliar a categoria neste momento difícil de pandemia, o evento vai preparar o setor e garantir segurança para quem busca os serviços no “novo normal”.

“Estudos apontam que os turistas pretendem viajar para regiões próximas, pela segurança em usar transporte rodoviário, não precisar ficar tanto tempo em transi-

to ou aglomeração. Então, esse é o momento de quem não conhece Mato Grosso conhecer”, comenta o secretário.

“O turismo tem papel econômico e cultural muito importante no Estado. Desta forma, esse evento acaba sendo fundamental para promover as regiões turísticas e suas belezas naturais, principalmente para quem vive no Estado, mas não conhece Mato Grosso”, acrescenta Cesar Miranda, secretário de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso.

A coordenadora de promoção da Secretaria Adjunta de Turismo, Simone Lara Pinto, explica que no primeiro dia o evento será destinado para o polo Pantanal e Cerrado. No segundo dia, será a vez do polo da Amazônia e Araguaia.

MERCADO IMOBILIÁRIO

Vendas movimentam R\$ 1 bilhão

Renato Alves / Agência Brasília

Da redação

O mercado imobiliário de Cuiabá movimentou quase R\$ 1 bilhão em transações ao longo dos três primeiros meses do ano. O valor é 47% maior que o mesmo período de 2020, quando os valores das transações ficaram em R\$ 655 milhões. O crescimento expressivo desse mercado era esperado pelo setor, que, em 2019, estimou uma tendência de alta para os próximos cinco anos.

Os negócios imobiliários movimentaram mais de R\$ 963 milhões no mercado cuiabano, sendo o maior valor da série histórica dessa pesquisa, iniciada em 2015. Ao todo, 2.782 unidades foram vendidas entre janeiro a março deste ano. Os dados foram revelados pela pesquisa trimestral realizada pelo Sindicato da Habitação (Secovi-MT) e Federação das Indústrias (Fecomércio-MT), divulgados na sexta-feira (14).

Além dos valores transacionados, o setor estimulou a concessão de créditos. No 1º trimestre do ano, o valor financiado saltou para R\$ 225 milhões, contra R\$ 136 milhões do 1º trimestre de 2020. O aumento observado foi de 65,6%. Já o percentual financiado passou de 20,7% para 23,4%. As condições favoráveis de crédito e juros baixos



A tendência de crescimento do setor imobiliário deve perdurar por mais cinco anos

está entre as motivações dessa procura.

“As condições macroeconômicas estão boas e isso faz com que a confiança do consumidor esteja em alta e continue avançando. Ainda temos juros baixos para o setor, pois o financiamento nos bancos não mudou, apesar da Selic ter ido para 3,50% ao ano. Temos aqui investimento do governo estadual que lançou obras de mais de R\$ 9 bilhões, o que aumenta a circulação de dinheiro e atrai investimentos, são vários fatores que contribuem para esse momento”, comenta Marco Pessoz, presidente do Sindicato da Habitação (Secovi-MT).

O setor de imóveis também foi um dos poucos que prosperaram em meio à pandemia do co-

ronavírus. As taxas de juros baixas ajudaram, a mudança de comportamento dos consumidores e dos investidores, aqueceu ainda mais o mercado.

“A pandemia acelerou o deslocamento de um produto médio para alto. Durante esse período, muitas famílias com crianças em casaram, decidiram sair do apartamento para uma casa com mais espaço. Outra mudança também ocorreu com os investidores, que viram vantagem em tirar o dinheiro do mercado especulativo e jogar no mercado produtivo, ou seja, investindo em imóveis”, destaca Marco.

A prevalência da escolha de um imóvel horizontal é observada na pesquisa. Das 2.782 unidades vendidas, no 1º

trimestre, 1.827 eram de imóveis horizontais ou terrenos. Já na hora de decidir entre um imóvel novo ou usado, o maior número comercializado foi de usados: um total de 2.474 unidades, contra 308 novos.

“De lotes em condomínio fechado a casas a venda sempre teve, sendo que muitos desses produtos são seminovos. Muitos desses imóveis estavam represados há alguns anos, porque o mercado não estava favorável com taxa de juros a 12% ao ano. Essa grande oferta [de usados], diante da crise da pandemia que afetou as construtoras – que puxaram o feio de mão –, os usados sobressaíram sobre imóveis novos”, explica o representante do setor.

Atas, Editais, Extravios, Balanços, Convocações, Regulamentos e Avisos de licitações

65-99228-9990